

Saberes e poderes no Mundo Antigo

Estudos ibero-latino-americanos

Volume I - Dos saberes

Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves,
Edalaura Medeiros & José Luís Brandão
(Orgs.)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FEDERAL UNIVERSITY OF PELOTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FEDERAL UNIVERSITY OF GOIÁS

ESCRITA DA HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS DOS ANTIGOS*

Fábio Faversoni**

Universidade Federal de Ouro Preto - Brasil

Apesar de usarmos sempre História no singular, nós historiadores fazemos muitas e distintas histórias. Acho que posso repetir com François Hartog (2001. p.4), que quando os antigos falavam de história, deveríamos ter claro que “a mesma palavra não designou sempre a mesma mercadoria”.

A percepção dominante hoje nas Universidades do que seja a história se distancia muito do que seja a História no entendimento da população em geral. Este distanciamento entre a história que se discute nas Universidades e as noções de história na sociedade é bem conhecido. Ainda que o maior esforço de investigação no Brasil siga se dando em relação à distância entre a história produzida nas Universidades e a História produzida (dou ênfase a produzida e não ensinada) nas escolas do ensino fundamental¹, trato aqui da distância entre o saber histórico discutido nas Universidades e a História percebida como uma categoria de saber na sociedade. Para um exemplo, cito uma interessante pesquisa realizada nos EUA (SCHUMAN, SCHWARTZ, D'ARCY, 2005). Tratando da imagem que a população tinha de Cristóvão Colombo, foram contrapostas diferentes visões historiográficas e se perguntava aos entrevistados qual delas parecia ser mais adequada. Evidenciou-se através desta pesquisa que o alcance das perspectivas revisionistas encontra enorme dificuldade para alcançar a população em geral.

Na população, sem precisar fazer qualquer pesquisa tão sofisticada como esta, sabemos que as noções de história mais difundidas são diferentes daquelas que temos na Universidade. Para a população em geral, os historiadores estudam o passado, ou estudam os documentos, para os menos otimistas, ou, para os mais otimistas, historiadores estudam o funcionamento das sociedades, as relações de causa e efeito que podem se perceber ao longo do tempo, e que podem se repetir

*Este texto foi apresentado inicialmente como aula magna, ministrada no segundo semestre de 2010, para os alunos do curso de História da Unipampa, campus de Jaguarão, e também como parte de curso de pós-graduação ministrado na UFOP neste mesmo período. Agradeço a estas duas audiências que contribuíram para a melhoria de vários aspectos do texto atual, especialmente aos professores Deivid Valério Gaia, Fernando Felizardo Nicolazzi e Valdeí Lopes de Araújo.

**Membro do LEIR (Laboratório de Estudos sobre o Império Romano). Doutor em História (USP). A pesquisa que resultou neste trabalho conta com apoio do CNPq.

Escrita da história e as histórias dos antigos

– afinal, como se diz: *historia magistra uitae*. Para a população em geral, historiadores buscam descobrir a verdade sobre o passado.

Mas, na Universidade, sabemos que não estudamos o passado. Ora, o passado, passou. Os eventos do passado não existem mais e são inapreensíveis em si. Um avião batendo em uma torre é um evento, mas a imagem do avião batendo na torre na transmissão televisiva já não é mais o evento; é uma representação deste². E esta representação virá sempre em novo contexto, já reinterpretada e amalgamada com representações de outros eventos, que dêem sentido a ela. Assim, o avião batendo na torre na TV virá com uma locução tratando do terrorismo, apresentando noções como fundamentalismo islâmico e democracia ocidental... Sabemos, na Universidade, que não cabe ao historiador, como queria Leopold van Ranke, restituir “o que realmente aconteceu”. Estudamos (e produzimos) representações que podem se mostrar válidas como querem alguns, ou simplesmente persuasivas para outros. As visões do que aconteceu vai depender de coisas tão diferentes como as informações a que tenhamos acesso, e nossa visão de mundo, que nos fará dar mais atenção a alguns dados e descartar ou simplesmente não compreender outros da mesma forma que outra pessoa. Sendo assim, a forma como alguém tratar um evento ocorrido na Ásia Menor em 29 de maio de 1453 poderá me dizer aproximadamente em que parte do mundo ele vive. Se ele me disser que me refiro à queda de Constantinopla, saberei que é alguém que vive no “ocidente”. Caso me responda que se trata da tomada de Istambul, então saberei que é alguém que foi educado no “oriente”. Mais ainda, se a pessoa do oriente mencionar o evento da forma como aprendeu em alguma parte do “ocidente”, parecerá nacionalista, mesmo não sendo turco. Se o contrário acontecer, teremos a acusação de imperialista jogada na face³. Com isso, nota-se que o passado, enquanto o que realmente aconteceu, passou e é não só inapreensível, mas também que muda o tempo todo porque as representações que temos e fazemos dele vão se alterando conforme outros passados se sobreponham a ele, e na medida em que o presente nos imponha novos problemas, novas formas de ver o mundo. Assim, esta questão da tomada de Istambul ou a queda de Constantinopla não faria o mesmo sentido a um contemporâneo do evento, como faz para nós hoje, depois que vivemos, para citar apenas dois exemplos, o processo de colonização e descolonização da Ásia e África e a atual “guerra contra o terrorismo”. Podemos concluir assim, que o historiador não estuda o passado tal qual ele foi, a verdade sobre o passado, mas é produtor de mais uma representação que se integra a uma larga tradição de reinterpretções, de releituras sobre o presente. O passado, assim, não está lá para que nós possamos descobri-lo, mas nos cabe fazer a crítica da tradição, destas representações arbitrárias e sem coesão que podemos perceber no presente e que têm como referente o passado.

Dentro desta tradição, temos os documentos. Os documentos não são o passado, não são também remanescentes de um tempo que passou. Se fosse assim, seria fácil dizer a que tempo se referem os poemas homéricos. Não sabemos em que época exatamente os poemas foram compostos e também não sabemos em que momento exato eles foram colocados em uma forma escrita. Como se sabe, a *Ilíada* e a *Odisséia* eram cantadas pelos *aedoi*, sendo transmitidos oralmente através de alguns séculos (não sabemos quantos), até que em algum momento entre 850 e 750 a.C. é atribuída a um poeta chamado Homero sua escritura. Os poemas tratam de um tempo que passou, de um tempo mítico, que foi e que não existe mais, um tempo dos heróis, o tempo do “era uma vez”, o tempo do “no meu tempo” de nossos avôs. Para os gregos, e para os romanos e para Heinrich Schielman, no século XIX, contudo, era um tempo que tinha acontecido, que tinha existido. Aquiles, Agamemnon, Ulisses, Heitor, todos eles tinham vivido. Era um tempo fundador e necessário para colocar ordem às muitas histórias que foram feitas por séculos. O sentido e a leitura que fazemos destes documentos são totalmente diferentes hoje. Na atualidade, duvidamos que um único poeta tenha escrito os dois poemas. Não se sabe em que época os poemas foram compostos – as opiniões se dividem entre os séculos XIV e X a.C. –, mas parece consensual que eles foram se modificando ao longo do tempo. Ou seja, eles foram sendo recompostos e recompostos ao longo da transmissão. Assim, por exemplo, as menções à metalurgia do ferro que foi introduzida na região do mar Egeu por volta do século XII, possivelmente com a chegada das populações que destruíram os palácios micênicos, não é mencionada na *Ilíada*, mas aparece na *Odisséia*. Assim, as modificações que foram feitas nos poemas devem vir do século XII a.C., ou mesmo do X a.C., uma vez que é só por esta época que o uso do ferro se encontrava bastante vulgarizado, entrando de forma mais efetiva no cotidiano das populações que viviam nesta região. Assim, podem-se usar estes documentos para falar sobre que época? Esta resposta não reside apenas nos documentos, mas fundamentalmente no que nós pensamos que eles são. Alguém poderá dizer que trato de algo muito recuado no tempo, para o que nos falta informação. Avancemos no tempo, então, para ver se o exercício ainda dá certo. Tomo como exemplo o historiador Tácito. Ele escreveu os *Anais*, obra histórica que originalmente tratava dos principados dos imperadores Júlio-Cláudios que sucederam Augusto, ou seja, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. O período é fácil de estipular: 14 d.C., ano da morte de Augusto, a 68 d.C., ano do suicídio de Nero. A obra foi escrita no início do principado de Trajano, talvez entre 110 e 115; não sabemos ao certo. Quando lemos a obra, percebemos que nosso autor dá muita importância a um general chamado Corbulão. Um outro autor, chamado Suetônio, que escreveu uma biografia de Nero mais ou menos na mesma época, sequer menciona este general. Como se explica esta diferença? O mais provável é que Tácito, que escreveu na época de Trajano e elogia este imperador, queira

Escrita da história e as histórias dos antigos

destacar a guerra na Armênia, onde atuou Corbulão, para dar destaque a esta região que foi objeto de conflito também em sua própria época. No entanto, por alguma razão que jamais conheceremos, Suetônio, contemporâneo de Tácito, não pretendeu valorizar este mesmo aspecto. Sendo assim, quando Tácito fala de Corbulão ele está falando do século II d.C. ou do século I d.C.? Ao que parece, dos dois. E todos que viviam no século II tinham uma mesma visão do século anterior? Parece claro que não. Um mesmo presente, o contexto de produção em outras palavras, não produz visões idênticas do passado. Mas como distinguir as informações que iluminam um e outro tempo? É impossível. Seja como for, a posição proeminente de Corbulão, que se deveu a uma leitura específica dentro de um momento específico foi sendo perpetuada na medida em que Tácito foi elevado pela crítica moderna, fundada nos critérios científicos modernos de busca da verdade, como melhor fonte que Suetônio, que foi contemporâneo de Tácito, mas pelo que tudo indica tinha outra visão tanto do século em que viveu quanto do século sobre o qual escreveu, além de ter elegido um gênero diverso para construir sua obra. Assim, Corbulão fez-se importante por tudo que aconteceu depois dele, não simplesmente por aquilo que ele fez, ou pelo que está nos documentos. Corbulão foi feito importante por uma tradição de leitura que chega ao presente, e que não está no passado, pronta, esperando para ser descoberta.

Posso dar ainda mais um exemplo, bem conhecido. É opinião corrente que Nero colocou fogo em Roma e depois perseguiu os cristãos. Nero é mais conhecido dos brasileiros do que os presidentes da República Velha brasileira, muito mais recente: 1889-1930. Nero dá nome a um programa de gravação de CDs. Quando vai se registrar dados em um CD, nós o “queimamos”. Para o público, Nero queimou Roma. Falar em Roma é falar no Coliseu. Então, o ícone do programa Nero nas áreas de trabalho dos computadores só poderia ser um Coliseu em chamas. A imagem do Coliseu é do Coliseu em ruínas, claro. O Coliseu presente está em ruínas, a imagem que temos do documento é a ruína, então ele é uma ruína. O Coliseu não existia quando Nero viveu. O nome Coliseu foi dado no período medieval e só foi construído depois de sua morte, no principado Flávio. Era conhecido como anfiteatro Flávio. Nero não pode ter, ele próprio, colocado fogo em Roma, como quase todos pensam, porque não estava na cidade no momento do incêndio. Ele estava ao sul de Roma, na Campânia, e voltou à cidade quando o desastre assumiu proporções inauditas. Na cidade, passou a promover socorro aos desabrigados, permitindo que eles se alojassem em áreas de sua propriedade. Além disto, promoveu uma ampla reforma urbana que reduziu radicalmente a proverbial insalubridade da *urbs*, inclusive tomando inúmeras e importantes medidas para que a cidade não voltasse a sofrer com grandes incêndios. Se Nero foi tão eficaz e promoveu diversas melhorias à cidade após um desastre que não causou, porque então pensamos tão mal dele? O grande elemento que funda esta avaliação do episódio – entre outros de alcance mais

limitado – é a atribuição de responsabilidade pelo incêndio aos cristãos. Nero responsabilizou os cristãos, uma pequena e desimportante seita judaica então, porque precisava de um bode expiatório. Na medida em que mais perseguições aos cristãos se sucederam ao longo do tempo, e que os cristãos se tornaram o que se tornaram ao longo dos séculos, foi construída uma tradição que coloca Nero como primeiro perseguidor de cristãos e como anti-Cristo.

Mas nos documentos que temos não há só críticas a Nero. Há muitos elogios. Não apenas na época em que Nero viveu foram feitos elogios ao seu governo. Basta dizer que após a morte de Nero, apareceram falsos Neros no oriente, dizendo que Nero não havia morrido, mas fugido para evitar sofrer perseguições de inimigos cruéis. Um destes Neros foi abrigado na corte do Império Parto, que lhe deu crédito.

A idéia de que Nero teria, afinal, feito um bom governo ganhou uma expressão que se mantém ainda como proverbial na historiografia contemporânea. Trata-se da famosa fórmula *quinquennium Neronis*. Esta formulação é dada por duas fontes que possivelmente foram escritas no século IV. Em Aurelius Victor é dito que:

5.1. Desta maneira, Lúcio Domício – pois este certamente era o nome de Nero, tomado de seu pai, Domício – tornou-se imperador. 2. Tendo governado sendo jovem, por tantos anos quanto seu padraço, apesar disto por cinco anos (*quinquennium*) fez tanto, especialmente melhorando a cidade (*augenda urbe maxime*), que Trajano muito frequentemente declarava com justiça que todos os imperadores anteriores foram superados por estes cinco anos de Nero. Durante este período ele também reduziu o Ponto ao status de província com a anuência de Polemão, razão pela qual ela é chamada de Ponto Polemoniaco, e fez o mesmo com os Alpes Cócios após a morte do rei Cótio. 3. Assim como é claro que a idade não é obstáculo para a virtude, é certo que a virtude degenera facilmente quando se dá licença a isto e o que pode ser regulado na juventude, se não o for, reverte para os mais desastrosos resultados. 4. Assim, Nero desperdiçou o resto de sua vida de maneira tão lastimável, que se tem pesar e vergonha se lembrar de alguém assim, especialmente quando fosse um comandante dos povos. (Aur.Vict. *Caes.* 5.1-4)

O outro documento que temos e que trata do *quinquennium Neronis* foi escrito por um epitomador anônimo. Sua obra, conhecida como Epitome de Caesaribus, coincide largamente com as informações oferecidas por Aurelius Victor. Diz o epitomador:

5.1. Domício Nero, filho de Domício Aenobarbo e Agripina, governou por treze anos. 2. Ele pareceu tolerável (*tolerabilis uisus*) durante seu quinquênio. Por esta razão, alguns escritores relatam que Trajano tinha o hábito de dizer que os reinados de todos os outros imperadores ficavam

Escrita da história e as histórias dos antigos

longe do quinquênio de Nero. 3. Ele construiu um anfiteatro e banhos na cidade. 4. Ele reduziu o Ponto ao status de província com a permissão de Polemão, após o que ela foi chamada Ponto Polemoniaco. Do mesmo modo, os Alpes Cócios foram assim nomeados após a morte do rei Cótio. 5. A despeito disto, Nero desperdiçou o resto de sua vida de uma maneira tão lastimável que é uma vergonha se lembrar de alguém assim. (ep. *Caes.* 5.1-5)

Então, Trajano, no final do século I ou mais provavelmente no início do II, teria afirmado diversas vezes que Nero, imperador de 54 a 68 d.C., realizou um bom governo em algum momento. Esta afirmação foi registrada na tradição textual apenas por volta da segunda metade do século IV. Se as fontes se referem a um passado, não seria difícil para os historiadores a determinação de que período de cinco anos estas duas fontes tratam. Mas o que nós temos é um imenso debate sobre o tema. Já correu um rio de tinta sem que chegássemos a um consenso. Tradicionalmente, os historiadores avaliavam que o *quinquennium Neronis* diria respeito aos anos 54 a 59 d.C. Nos anos iniciais, Nero, muito jovem, teria governado auxiliado por dois homens judiciosos, Burrus, que era prefeito da guarda pretoriana, e por Sêneca, filósofo e experimentado senador. Em 59, temos o matricídio. Nero ordena o assassinato de sua mãe e a historiografia via neste evento uma inflexão. Afinal, não se poderia continuar considerando bom o governo de um matricida. Esta percepção do *quinquennium Neronis* só faz emprestar o termo das fontes do século IV e associá-lo à interpretação dada por Tácito ao governo de Nero. O período de 54 a 59 corresponde exatamente ao livro XIII dos *Anais*. O que fizeram os historiadores? Juntaram as informações de duas fontes, valorizando-as e descartaram o que não se adequava à interpretação proposta. No número inaugural do *Journal of Roman Studies*, de 1911, é publicado um artigo que questiona esta interpretação tradicional do dito atribuído a Trajano. Diz J. G. C. Anderson que “ele é tão frequentemente repetido (...) que atingiu o patamar de provérbio, e sua verdade tem amiúde se tornado um artigo de fé” (ANDERSON, 1911). Anderson propõe uma reavaliação desta fé. Fundamentalmente, Anderson propõe que outras informações na fonte sejam valorizadas. As fontes do século IV dão indicações sobre eventos da época neroniana. Seria preciso se perguntar sobre a que data estes eventos se refeririam. Vamos a este exercício.

A primeira informação se refere ao fato de Nero ser adolescente. Esta não é uma informação que delimite um período do governo de Nero. Nero inicia seu governo com 16 anos e o encerra com 30 anos. Sabemos que a adolescência entre os romanos, diversamente do que ocorre entre nós, poderia designar o período de vida entre os 14 e os 30 ou até mesmo os 40 anos. Sendo assim, podemos considerar simplesmente que a fonte atesta que o governo de Nero foi, como um todo, o governo de um adolescente. A segunda informação é inespecífica,

referindo-se à ampliação ou embelezamento da cidade de Roma (*augenda urbe maxime*). O mais provável é que esta referência seja uma menção aos intensos trabalhos de recuperação e redefinição pelos quais passou a cidade após o grande incêndio que destruiu parte importante da capital em julho de 64. A indicação seguinte nos leva a um episódio mais circunscrito, qual seja a transformação do reino de Polomeno, no Ponto, em província. Este episódio se deu em 63. Outra anexação que é saudada como feito neroniano é aquela dos Alpes Cócios, no noroeste da península itálica. Tal incorporação ocorreu no ano de 64. No *Epitome de Caesaribus*, as menções à pouca idade do princeps e às incorporações territoriais se repetem. No que se refere à atividade edilícia é que temos uma menção específica à construção de um anfiteatro, que foi erigido em madeira em 57 e de termas, que podem ser datadas de 61 (*Iauacra*) e 64 (*thermae Neronianae*).

Destas datações todas, considerando que a fonte traria um ou outro equívoco na longa transmissão, Anderson opina que a *quinquennium Neronis* só pode se referir aos anos de mais intensa atividade edilícia de Nero. A loa de Trajano, que também foi um grande construtor como sabemos, seria uma espécie de menção laudatória para si mesmo. Sendo assim, o *quinquennium Neronis* se referiria aos anos posteriores ao incêndio, 64 a 68, e não aos iniciais.

Neste mesmo número da revista, Haverfield, comentando o artigo de Anderson, dirá que concorda com os argumentos de seu colega contrários à datação tradicional. Contudo, não acredita que alguém poderia elogiar o governo de Nero nos seus anos finais, quando se tem a perseguição à conspiração pisoniana e nada menos do que o suicídio do próprio imperador. Propõe, assim, que o *quinquennium Neronis* se refira aos anos 60 a 65, incluindo a atividade edilícia e vários eventos mencionados nas fontes, mas evitando o período final, que afinal é execrado pelas próprias fontes.

Uma nova contribuição vem com um artigo publicado por Lepper, também no *Journal of Roman Studies*, em 1957. Para este autor, as fontes do século IV derivariam de uma mesma fonte comum, escrita no século III d.C. e hoje perdida. Nesta fonte, haveria a atribuição do dito a Trajano. No século IV d.C., quando as fontes foram transmitir a informação, inseriram outros elementos, retirados de outras fontes, notadamente de Suetônio, onde a cronologia não tem muita importância. Assim, teriam sido juntados sem coesão o elogio e as razões para o elogio. Lepper opina, assim, que o *quinquennium Neronis* se referiria mesmo aos anos iniciais e que os erros de cronologia da fonte não poderiam ser percebidos pelo leitor do século IV.

Depois disto, tivemos uma série de artigos publicados na revista alemã *Historia*, nos anos de 1965, por Murray, em 1971, por Hind, em 1973 por Thornton, com uma réplica de Hind em 1975, e com uma retificação de Thornton, em 1989, além de um capítulo de livro escrito por Levick em 1983, como

Escrita da história e as histórias dos antigos

principais contribuições dedicadas particularmente ao debate sobre o *quinquennium Neronis*⁴. Nestes textos, continuamos com argumentos em debate, defendendo os anos iniciais, os anos médios e os anos finais. Até os dias de hoje não se chegou a um consenso. E por que não conseguimos chegar a um consenso? A razão é simples: não há uma verdade sobre o presumido bom governo de Nero, mas apenas interpretações que podemos fazer sobre o conjunto de representações que temos hoje sobre o passado. Este conjunto de representações não foi produzido pelo passado e chegou até nós, mas está sendo constantemente acrescida de novos elementos, por um lado, enquanto por outro lado sempre estamos relegando ao esquecimento ou desvalorizando outras parcelas destas representações e, obviamente, criando novas representações.

Ou seja, os documentos não falam nada, nós é que interpretamos estas representações do passado, criando novas representações do passado, que se somam e se balizam por um conjunto de representações do passado circulando no presente. Em outras palavras, não acredito que o historiador estude documentos. O que nós estudamos é o conjunto das representações do passado, fazendo com que parte delas se tornem documentos, ganhem este estatuto que eles não têm em si. Os documentos não chegam até nós, do passado. Nós os produzimos no presente, ao revalidar sua existência e importância, ou ao negá-la. De outra maneira, eu diria que historiadores não estudam documentos, sem antes disto os produzir.

Por fim, os historiadores também não estudam como certas causas geram certos efeitos. A razão para não fazermos isto é muito simples: as causas só podem ser dadas por seus efeitos. O que quero dizer com isto? Um exemplo: o tiro dado por um estudante sérvio no arquiduque austríaco Franz Ferdinand em 28 de junho de 1914 só virou causa da Primeira Guerra Mundial depois que esta eclodiu. Ao ouvir o tiro, não era seguro nem dado que a Primeira Guerra Mundial estaria causada. A cadeia de causalidades que se produziu após o evento não estava nele, como inevitabilidade histórica. A idéia de causa e efeito é uma correlação espúria, arbitrária. Em primeiro lugar, porque ela é intrinsecamente teleológica. Ela está sempre ligada a uma finalidade dada, única e inescapável, a um *telos*. Como as pessoas que geram a causa nunca controlam e, ainda mais, na imensa maioria dos casos desconhecem seu efeito, elas não podem gerar a causa enquanto tal. Não controlamos o devir histórico e a história pouco ou nada tem a dizer sobre isto em termos de causalidade. O que o historiador faz é estabelecer conexões lógicas, fundamentalmente temporais, que busca dar sentido a elementos explicativos marcados por diferentes durações atribuídas, produzindo as noções de simultaneidade, anterioridade e posterioridade, sucessão, permanência, mudança. Mas, insisto nisto, não estamos descrevendo as coisas como elas foram. Não é isto que fazemos. E, ainda menos deduzimos leis, regras, formas constantes de conduta social. A história se marca pelas múltiplas

possibilidades de leitura das representações do passado. Não há um fim da história a perseguir, uma finalidade que foi representada pela revolução ou pelo presente triunfante da modernidade, do capitalismo. Ainda que este *telos* da história informe nosso currículo, por exemplo, com a sucessão de eras, de histórias Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, nós não assentimos mais nesta visão de uma história etapista, evolutiva e na qual as histórias locais se ligam a uma grande história, a história universal, a uma história do capitalismo mundialmente triunfante, ou à história da globalização.

Com isto, a história que é feita nas Universidades deixou de ser informada por uma noção de ciência moderna, que busca estabelecer uma verdade, que procura colocar ordem ao imenso universo de informações existente em um processo cumulativo e infinito de criação de um saber verdadeiro sobre o passado. Hoje, têm muito peso as diversas perspectivas ligadas aos mais diversos “pós...”, ou seja, pós-queda-do-muro, pós-colonialismo, pós-estruturalismo, os pós-modernismos, etc. A história passou a não ser tomada mais como ciência, mas como uma forma literária, um gênero que não se distingue da ficção por estabelecer o que é verdadeiro com relação ao que é produto da invenção humana. A história não é senão produto da invenção humana, como qualquer uma das demais formas literárias. Enquanto as diversas histórias ligadas à idéia de ciência moderna procuravam estabelecer unidade, coerência e organização entre todas as histórias, a verdade; as histórias que têm surgido a partir da crítica da ciência moderna têm acatado o caos, a desorganização, a inorganicidade das histórias particulares, sua autonomia, o elogio do particular, do local, do antes visto como desimportante, do subjetivo frente à impossibilidade da objetivação.

Este entendimento levou a uma grande valorização da produção dos antigos, uma retomada generalizada dos estudos de retórica, definida por Aristóteles (Aristot. *Rh.* 1355b) como o conhecimento que se volta à persuasão⁵. Dentro dos diversos estudos sobre a retórica, naturalmente, ganhou destaque entre os historiadores a valorização do estudo da história dos antigos. Uma história que não sabia o que era ciência moderna e, portanto, não pretendia ser mais do que uma forma persuasiva, informada pela retórica, de convencer os leitores/ouvintes da verossimilhança do relato. Ou seja, para os contemporâneos a história dos antigos seria muito próxima da história que nos caberia fazer, uma história que não busca a verdade, que não existe, mas simplesmente a verossimilhança; uma história que não é ciência, mas é narrativa, é literatura. Neste sentido, para citar um exemplo, Batstone em capítulo que escreveu para um livro publicado em 2009, intitulado “Postmodern historiographical theory and the Roman historians” defenderá a idéia de que os historiadores da antiguidade sempre foram julgados pelos critérios da ciência moderna, pelo que diziam de falso ou verdadeiro à luz destes critérios. Este tipo de julgamento seria injusto uma vez que os historiadores não seguiam os cânones da ciência moderna e este

Escrita da história e as histórias dos antigos

tipo de pretensão de universalidade da ciência moderna levou a julgarmos mal suas obras. Seguindo este raciocínio, ele propõe uma leitura pós-moderna dos historiadores antigos. Mas cabe perguntar: não podemos considerar os antigos modernos, mas poderemos considerá-los pós-modernos? O problema com a proposição é importante e creio que o exame das histórias dos historiadores antigos poderá nos ajudar a deixar mais evidente a confusão que existe aqui com as histórias pós-modernas, ao menos na minha opinião.

Assim, em primeiro lugar será importante notar que as histórias dos antigos (sempre no plural porque foram múltiplas as histórias e também os antigos) têm como característica comum a busca da verdade e o afastamento com relação ao que seja falso.

A palavra história deriva de *histor*, palavra grega que já aparece em Homero. Seu significado está ligado à condição de árbitro, é o nome daquele que é chamado a julgar algo que está em disputa, para dirimir um conflito (*neikos*). É o que aconteceu quando Ájax e Idomeneu não chegam a um acordo sobre quem dentre eles teria vencido uma corrida de carros organizada por Aquiles. Ájax propõe então que seja chamado Agamêmnon como *histor*. Não chamará a atenção de ninguém que Agamêmnon não estava presente à corrida. Decorre desta palavra a *historia* como a investigação, noção que está na base da obra de Heródoto. Ele nos diz: “De Heródoto de Halicarnasso, eis a exposição de suas *historie...*” Note-se que as histórias vêm no genitivo, e não no dativo como ocorre com o “eu” épico dos poemas. Não se trata do poeta que diz com poemas o que lhe inspira a musa. Mas é o autor que investiga e intercala narrativas de origens diversas e que passaram por seu julgamento e constituem seu trabalho. Podemos dizer que os gregos não criaram a história, mas o historiador. O sujeito que escreve. Do mesmo modo que não criaram os vasos cerâmicos, mas o oleiro que assina a sua obra; como não criaram a escultura, mas o escultor que assina e se torna excelente pela obra que realiza, como um Fídias. Assim, a história é confundida entre os antigos com o seu registro, com *graphe*. Ou, melhor dito em Latim, a história tem um *auctor*, que sustenta sua *auctoritas* com o texto que estabelece seu julgamento, sua história. *Auctor* aqui transparece claramente sua origem etimológica no verbo *augeo*, que está ligado à idéia de elevar. Isto fica claro quando vemos a visão que Flávio Josefo tinha da história das coisas antigas dos judeus e dos gregos. Enquanto a história antiga dos judeus estava ao abrigo de toda polêmica e discussão porque tinha sido escrita por Deus e estava na Torá, aquela dos gregos era incerta porque sempre disputada. Diz ele sobre os gregos: “referem-se uns aos outros em seus livros e não hesitam em dizer o mais contraditório sobre as mesmas coisas” (J. Ap. 3.15). Ou seja, nesta história em que há um autor humano, um aristocrata que disputa autoridade com outros aristocratas, a verdade será o resultado da disputa ao longo do tempo. Não é dada nem por inspiração de Deus (J. Ap. 8.37) nem pelos homens que produzem as

histórias, mas pelos homens que futuramente lerão estas histórias e decidirão se elas são dignas de crédito ou não. Neste sentido, as histórias da tradição greco-latina pagã se diferenciam por completo das outras histórias produzidas na antiguidade.

Como nos ensina Tucídides, a história deve se marcar pela sua utilidade, destacando-se das outras formas narrativas que buscam ser antes agradáveis aos que as ouvem. Neste sentido, em uma crítica clara a Heródoto, diz Tucídides que a “ausência do fabuloso nos fatos relatados parecerá desagradável.” Por que deste sacrifício do autor no presente, desviando-se de agradar os ouvintes? Para Tucídides, a história é “aquisição para sempre, mais que uma peça de um concurso, a ser ouvida de momento.” (Thuc. 22.4). Trata-se da famosa fórmula Tucídideana, “*ktema es aei*”, um bem precioso, aquisição para sempre. Escreve-se a história não para seu tempo, mas para eternizar, para se acrescentar ao que é conhecido. Assim, a história se coloca nas disputas aristocráticas por honra, por conquistar a posição de exemplo a ser emulado pelos que virão depois. Por isto, a partir de Tucídides, o historiador é dito “*syngrapheus*”, aquele que registra por escrito, como é dito no início de sua história, usando o verbo “*syngraphain*”. Este papel da história e sua relação positiva com o comportamento dos aristocratas estão também em Dionísio de Halicarnasso, quando diz que “os homens de bem que cumpriram o seu destino obterão [através da história] glória eterna e serão louvados pela posteridade, o que iguala sua natureza mortal à divina e não deixa seus feitos morrerem com seus corpos” (D.H. 1.6.3).

O historiador imortaliza pela escrita e se faz notável por fazer notar; faz-se elevado, porque eleva aquilo que deve ser elevado; mostra-se justo ao fazer justiça. É exatamente isto que nos diz Plínio, o Jovem em carta a Titinius Capito: “Persuades-me a escrever uma história e não me persuades sozinho. (...) Parece-me particularmente belo que alguém não deixe morrer os que merecem a eternidade e que, com a fama dos outros, aumente a sua.” (Plin. Ep. 5.8.1). No mesmo sentido dirá Luciano de Samósata quando aconselha que o historiador deva “visar não os que agora o ouvem, mas os que conviverão com seus escritos no futuro”. (Luc. Hist. Conscr. 40). Aqui então, podemos avançar com Luciano em uma idéia muito importante sobre a história entre os antigos, especialmente entre os historiadores que viveram no Império Romano. Luciano cria uma imagem belíssima para expor a forma como deveria ser escrita a história. Ele cita o exemplo de um arquiteto, a quem um rei importante encomendou a construção de um farol para a grande cidade de Faro. Construiu ele a grande torre que lhe foi encomendada e escreveu nas pedras que estruturavam a obra a seguinte inscrição: “Sóstrato, filho de Dexífanos, cnídio, aos deuses salvadores para os que navegam.” Depois, revestiu as pedras com estuque e escreveu sobre o gesso que recobria o farol que seria inaugurado uma bela dedicação em nome do rei que encomendou a obra. Em pouco tempo se gastou a cobertura da torre e a inscrição

Escrita da história e as histórias dos antigos

que estava nas pedras seguiu sendo vista por longo tempo. Conclui Luciano: “Deste modo, não teve ele em vista seu presente nem a sua breve vida, mas o nosso presente e o futuro, enquanto a torre ficar de pé e perdurar sua arte.” (Luc. *Hist. Conscr.* 62)

Esta idéia de que a história levará para a eternidade os grandes feitos, imortalizando o autor que se provar justo superando os limites do presente, propiciava o seu contrário também. A história sob o Império Romano vai se ocupar de imortalizar e criticar os vícios e as pessoas que não tiveram o comportamento que se esperava de aristocratas. Assim, um aristocrata poderia se beneficiar no presente sendo um adulator, agindo covardemente, atuando como delator e recebendo recompensas por suas traições, sendo leniente e permitindo que libertos e mulheres assumissem o comando de sua casa. Mas os ganhos de hoje seriam condenados pela história. A história asseguraria a condenação perpétua dos maus atos que talvez não pudessem ser punidos em uma época viciosa. Contudo, quando o medo dos poderosos de hoje tivesse passado, os historiadores fariam justiça. A história, especialmente a partir do Império Romano, dedica-se também a corrigir os costumes, tentando ensinar. Tomemos Tito Lívio que no próêmio de sua *História de Roma* lamenta “essa época em que não podemos mais suportar nem nossos vícios, nem seus remédios” (Liv. 1.10). Acrescenta ainda que sua história de dedica a por claro que no passado “quanto menos riquezas, tanto menos cobiça havia: em nossos dias, a riqueza trouxe a cobiça, e os prazeres abundantes introduziram o desejo de perder-se e de perder tudo pelo luxo e pela devassidão” (Liv. 1.11-12). Não se trata mais de uma história que pretende preservar para a posteridade a possibilidade de emular os grandes exemplos do passado, pois neste novo tempo todos são viciosos e não buscam mais a honra. A história pretende levar os homens à moderação, à correção dos costumes, para não “perder tudo pelo luxo e pela devassidão”.

O autor que mais reconhecidamente atuou nesta linha é Tácito. Este historiador diz que escreve as suas obras segundo a fórmula que se tornou célebre “*sine ira et studio*” (Tac. *Ann.* 1.1.3), ou seja, “sem ódio nem afeição”, com imparcialidade. Acusa, em seu próêmio aos Anais, seus antecessores de já terem feito tanto histórias conformes à verdade, no caso do principado de Augusto, quanto inspiradas ou pelo ódio ou pela adulação aos poderosos, como considera todas escritas após a morte do fundador do Principado. Tácito, contudo, pode gozar de um raro momento de governo de um bom príncipe, sob Trajano. Segundo ele nos diz: “um tempo como o nosso, em que é lícito sentir o que se quer e dizer o que se sente” (Tac. *Hist.* 1.1.4). Tácito, no entanto, não tem matéria elevada a tratar. Diferente de seus antecessores que escreviam suas obras porque queriam que fossem lembrados para sempre os feitos e os homens elevados (assim como o historiador que tenha sabido os registrar com propriedade), Tácito diz que: “Ninguém compararia nossos anais com os escritos dos que compuseram

a história antiga do povo romano” (...) “Nosso trabalho dispõe de espaço estreito e inglório” (Tac. *Ann.* 4.32.1-2). Claro que se pode ler esta passagem do chamado segundo proêmio como um exercício retórico conhecido, de rebaixar-se para que o público elevasse a obra e seu autor, a *captatio benevolentiae*. Muito bem que seja, mas resta ainda claro que se trata de uma “nouvelle histoire” a de Tácito. Uma história que sendo feita em um tempo diverso, estudando um tipo de passado diferente, apontará para outra utilidade. Assim, lemos em Tácito, ainda em registro comparativo: “Com efeito, o estado das nações, as peripécias dos combates, as mortes célebres dos chefes retêm e reavivam a atenção do leitor [e estes eram os objetos dos historiadores de antes]; nós [tratamos de] ordens cruéis, acusações contínuas, amizades enganosas, ruína de inocentes e sempre as mesmas causas de morte atrelamos umas às outras, apresentando fatos semelhantes e tediosos.” (Tac. *Ann.* 4.33.3) Assim, a história passa a servir também como uma maneira de ensinar os aristocratas a sobreviver condignamente sob o governo de imperadores tiranos e em um ambiente em que a aristocracia é viciosa. Neste ambiente em que não se pode dizer o que é justo sem o risco de perder a vida (foi o que aconteceu com Cremutius Cordo, perseguido por Tibério por causa de sua obra – cf. Tac. *Ann.* 4.34-35), ganha enorme importância a competência do leitor/ouvinte. Se antes a história seria valorizada ou não conforme o julgamento dos leitores/ouvintes que fossem a apreciando ao longo do tempo, agora é necessário que a obra seja decifrada pelo público. O historiador não pode ser crítico sob pena de parecer ingrato e, portanto, expor-se ao grave risco de ser punido pelos poderosos. Mas tampouco pode elogiar livremente porque parecerá um adulator. Como nos diz Luciano de Samósata em *Sobre como se deve escrever a história*, o autor que quer elogiar um comandante militar, para não parecer adulator, não deve fazer o elogio. “Uma coisa desse tipo, se é que é assim, devia ser deixada para que nós pensássemos, em vez de ele próprio dizer” (Luc. *Hist. Conscr.* 17). Ou seja, de algum modo teríamos dois historiadores aqui, aquele que escreve a história e os seus leitores/ouvintes

Pode-se dizer neste ponto que a história nunca teria cumprido este papel por si, pela escrita do historiador, mas apenas através do orador, que procuraria persuadir o público, que teria um papel ativo, central à produção da história. É o que nos diz Cícero na célebre passagem de seu *Sobre o orador*: “Quanto à história, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da antiguidade, que outra voz a confia à eternidade senão a do orador?” (Cic. *de Orat.* 2.36). O mesmo nos afirma Quintiliano em sua *Instituição oratória* quando diz que cabe à história apenas a narração e não a prova. A prova caberia ao orador. Mas isto não altera nosso argumento da importância da história na luta política. O próprio Cícero, grande orador, pedirá a um amigo para que escreva uma história que imortalize a ele, peticionário, e ao escritor, peticionado. Infelizmente, não foi atendido. O grande César escreveu os seus

Escrita da história e as histórias dos antigos

Comentarii para que alguém depois pudesse escrever as histórias das guerras gálicas e das guerras civis usando seu testemunho. Há quem creia, eu entre eles, que a qualidade elevadíssima das notas de campanha de César intimidou que qualquer um as tomasse para melhor elaborar. Foram elas suficientes para que César buscasse a imortalidade. Também nisto César venceu Cícero.

Outro problema que se coloca para as histórias dos antigos a partir da expansão do poderio romano é o da unidade das histórias particulares. Um autor importante para se pensar este problema é Políbio, autor que tem sua origem em Megalópolis, na Arcádia, mas que viveu por dezessete anos em Roma. Diz ele que “A partir desta ocasião” [refere-se às guerras que acontecem tanto no mediterrâneo ocidental – guerra púnica – quanto no mediterrâneo oriental – guerra dos aliados no Egeu e guerra da Síria, na Ásia –, no período da centésima quadragésima Olimpíada, ou seja, 220 a 216, “aconteceu que a história se tornou um só corpo, entrelaçaram-se os fatos da Itália e da Líbia com os da Ásia e do mundo helênico, e todos dirigiram-se para um único fim [qual seja, o domínio de todo o Mediterrâneo por uma única potência, Roma]” (Plb. 3.4). Tendo em vista este *télos*, Políbio opina que é desafio da história “oferecer aos leitores uma única visão de conjunto” (Plb. 4.1). Na visão de Políbio, as histórias particulares contribuía pouco para compreender este todo. Era necessária uma visão de conjunto que desse sentido ao que era particular. Ele nos diz: “atingir uma idéia do todo pelas partes é possível, mas ter dele uma ciência e um conhecimento preciso é impossível. Por isto, deve-se pensar que a história particular contribui muitíssimo pouco para a experiência e a certeza do todo” (Plb. 4.9-10).

Esta unidade das histórias vai se transformar quando tivermos a emergência do pensamento cristão. Este problema da relação entre o pensamento historiográfico cristão e as matrizes clássicas daria matéria a um novo texto, e não a uma simples digressão neste. Por isto, não entramos neste tópico, mantendo nossa análise restrita ao amplo *corpus* referido mais diretamente à historiografia greco-romana, como já ficou antes assentado. Da mesma forma, deixaremos de lado o tema da decadência com o final do Império e a emergência dos breviários como uma forma de romanização de uma elite crescentemente decadente, bárbara. Esta noção é muito difundida e ao mesmo tempo muito difícil de aceitar. Atualmente, pensamos o longo período que se estende do século III ou IV até o VIII ou X, conforme o autor, como uma Antiguidade Tardia, onde idéias como de decadência ou ruptura completa perdem sentido.

Retomando então o que se pode concluir sobre as histórias antigas: elas não se ajustam com os pressupostos da pós-modernidade e não devem ser estudadas enquanto tal. As histórias dos antigos, em suas muitas variantes, tinham algumas características que podemos considerar comuns. Em primeiro lugar, visavam à produção discursiva de uma verdade. Não é a verdade da ciência

moderna, mas de uma verossimilhança, de um decoro. As histórias têm autores que estão em uma disputa aristocrática por honra. Os seus leitores julgam seus escritos e podem atribuir a seus autores e seus personagens a honra almejada ou recusá-la. A história visa à utilidade e esta utilidade se constrói na interação entre autores e leitores/ouvintes em uma relação que se produz articulando passados construídos, presente arbitrariamente delimitado e futuro imaginado. É na sucessão temporal e na ação dos homens que retomam e rediscutem as histórias que surgem as novas disputas em torno das histórias, sempre se renovando e se renovando, sobretudo pela ação dos oradores e de seus ouvintes, para além das fronteiras dos textos de história.

Voltando à história que escrevemos para chegar às conclusões: uma coisa é dizer que a história não pode nos dizer o que é verdade, o que realmente aconteceu. Mas daí não decorre que a história, então, deixa de ter qualquer relação com o que seja verdadeiro ou, ainda pior, que tudo são universalmente coisas falsas e que, por isto, tudo pode ser dito. Dizer que a história não busca a verdade, em minha opinião, não nos leva a dizer que fazemos um gênero literário e que podemos inventar o que bem queiramos, que bastará sermos persuasivos. O historiador pode não saber o que realmente aconteceu, mas podemos dizer com muita segurança, e cada vez mais segurança o que não aconteceu. Sendo assim, não posso dizer quando os poemas homéricos foram escritos e a que tempo eles se referem. Mas posso dizer que os poemas não foram produzidos no ano 2010, em nenhum dos dois anos 2010, nem antes nem depois de Cristo. Graças a este permanente exercício para delimitar o que não podemos considerar válido, conhecemos cada vez mais e mais sobre nossos documentos e podemos ter visões as mais variadas e sofisticadas sobre os passados considerados através de múltiplas concepções e com variados alcances. Na minha visão, mais uma forma de estudar a Antiguidade, assim, não tem nada a ver com descobrir a forma verdadeira de estudar o passado, mas com mais um grupo que se coloca no debate e ajuda a produzir uma comunidade ainda mais ampla e diversificada de historiadores da Antiguidade, que nos levará não à verdade, mas em sermos ainda melhores em descobrir o que é falso, quais caminhos não são válidos à luz da crítica.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, J.G.C. Trajan on the quinquennium Neronis. *Journal of Roman Studies*, 1, p.173-179, 1911.
- HARTOG, François (org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- HIND, J.G.F. Is Nero's quinquennium an enigma? *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, 24, p.629-630, 1975.
- HIND, J.G.F. The middle years of Nero's reign. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, 20, p.488-505, 1971.

Escrita da história e as histórias dos antigos

- Beliefs. Christopher Columbus, Hero or Villain? *Public Opinion Quarterly*, 69 (1), p.2-29, Spring 2005.
- LEVICK, B.M. Nero's Quinquennium. In: C. DEROUX (ed.), *Studies in Latin Literature and Roman History III* (Coll. Latomus 180), Bruxelas: Latomus, 1983, p.211–25.
- MURRAY, O. The quinquennium Neronis' and the stoics. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, 14, p.41-61, 1965.
- PAMUK, Orhan. *Istambul. Memória e cidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- SCHUMAN, H.; SCHWARTZ, B.; D'ARCY, H. (eds.) Elite Revisionists and Popular
- THORNTON, M. K. Nero's Quinquennium: The Ostian Connection. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, 38, p.117-119, 1989.
- THORNTON, M.K. The enigma of Nero's quinquennium. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, 22, p. 570-582, 1973.

¹ Este tema já se vê consolidado entre nós e sem nenhum sinal de que alguma mudança venha a ocorrer. Tratamos disto eu e Luiz Carlos Villalta em um artigo escrito em colaboração no já distante 1994: FAVERSANI, Fábio; VILLALTA, Luiz Carlos. O Tratado de Tordesilhas nos livros didáticos brasileiros. *Vértice*, 63, Lisboa, p.55-62, 1994.

² Este exemplo foi apresentado por Luís Costa Lima em palestra proferida no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Ouro Preto, em novembro de 2010.

³ Este exemplo foi construído a partir de um relato feito por Orhan Pamuk sobre uma experiência vivida por sua esposa. Cf. PAMUK, 2007. p.184.

⁴ As referências são as seguintes: MURRAY, 1965. HIND, 1971; 1975. LEVICK, 1983, p.211–25. THORNTON, 1989, p.117-119; 1973.

⁵ Quintiliano, em *Institutio oratoria* (2.1-21), elenca as diversas alternativas para a definição da retórica, optando pela opção da retórica como “*scientia bene dicendi*”.